

Desculpem o atraso, mas minha Internet (NET) está uma droga! Acende e apaga...

Notícias Sindicais, 31/01/14

Diap, 30/01/14

Piso salarial dos professores tem reajuste de 8,32%

No ano passado, o reajuste foi de 7,97%. Em 2012, de 22,22%. O aumento de 2014 contrariou os docentes que esperavam um reajuste de 13% a 15%. A CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação acusa o MEC de ter "maquiado" os dados para o cálculo do índice, previsto em lei, como forma de reduzir o impacto nas contas de Estados e municípios - que pressionavam a União por um percentual menor.

A CNTE também destaca que a grande maioria dos municípios não cumpre a regra do reajuste já que não há na lei punição para o não cumprimento do aumento.

"O índice não condiz com o que foi repassado a Estados e municípios pelo Fundeb [fundo de apoio ao ensino básica, cujos repasses do ano anterior são usados para definir o reajuste]. O governo fez maquiagem", diz o presidente da CNTE, Roberto Leão. Ou seja, para a entidade, os repasses foram maiores.

A categoria fará greve de três dias em março, como forma de pressionar o governo.

Paralelamente às críticas do sindicato, o senador e ex-ministro da Educação Cristovam Buarque (PDT-DF) iniciou na Justiça Federal uma ação pedindo a suspensão da portaria que definiu os parâmetros do reajuste.

A Justiça negou o pedido de liminar (decisão provisória), mas ainda julgará o mérito da ação. "Eles manipularam os dados. Temos a convicção de que o governo tungou o dinheiro dos professores", afirmou Cristovam.

Embora o MEC ainda não tenha anunciado oficialmente o índice, o percentual foi confirmado pelo ex-ministro da Educação, Aloysio Mercadante, em reunião com os docentes, segundo a entidade, e já foi usado por alguns Estados.

Para o 1º vice-presidente do Consed (que reúne secretários estaduais de Educação), Eduardo Deschamps, a forma de cálculo precisa ser mais transparente e estável. "O índice demora muito a ser definido. Trabalhamos com um orçamento às escuras que, depois, precisa ser refeito."

Em notas, o MEC e o Tesouro Nacional negam maquiagem e afirmam que o reajuste varia de acordo com "estimativas anuais das receitas formadoras do Fundeb, as quais, não raramente, requerem revisões das projeções".

O MEC também ressaltou que a correção supera a inflação do período e que prefeituras e governos têm tido muita dificuldade de acompanhar o reajuste.

Diap, 30/01/14

Educadores farão mobilização nacional em março

Trabalhadores em educação vão parar o Brasil para exigir o cumprimento da lei do piso, carreira e jornada, investimento dos royalties de petróleo na valorização da categoria, votação imediata do Plano Nacional de Educação, destinação de 10% do PIB para a educação pública e contra a proposta dos governadores e o INPC.

Diap, 30/01/14

CNTE condena adiamento da 2ª Conferência Nacional de Educação

A confederação destaca que o combate ao adiamento do evento tem como premissas as seguintes razões:

1. Desconsidera o amplo e intenso processo de mobilização da comunidade educacional durante as conferências municipais, intermunicipais e estaduais de educação, ocorrido no ano de 2013;
2. Desprestigia a participação social no debate educacional, exatamente no momento em que o povo cobra maior participação nas decisões de Governo;
3. Tenta desmobilizar a sociedade em torno da pauta do Plano Nacional de Educação, pendente de votação final na Câmara dos Deputados;
4. Reforça a posição de quem defende a desvinculação da Conae de suas conferências preparatórias nos estados e municípios – tal como foi aprovado no substitutivo da CCJ do Senado e, posteriormente, derrubado na Comissão de Educação daquela Casa parlamentar;
5. Fragiliza o Fórum Nacional de Educação, instância de representação governamental e social, encarregada em organizar a Conae, ficando a mesma submetida a uma decisão unilateral do Governo.

Mesmo considerando os argumentos do MEC sobre problemas nos contratos de alimentação e locação do Centro de Convenções onde ocorreria a Conae, não nos parece plausível que, por mais de ano, o Ministério não tenha feito licitações que garantissem a lisura desses contratos e o pleno desenvolvimento das atividades previamente programadas.

Por fim, não temos dúvidas de que caberá ao Governo arcar, exclusivamente, com o ônus dessa decisão equivocada (verdadeiro "tiro no pé"), e não admitiremos que ela seja motivo para postergar ainda mais a aprovação do Plano Nacional de Educação – à luz de parte significativa do substitutivo aprovado em 2012 pela Câmara dos Deputados –, ou que sirva de fator desmobilizador para o debate educacional nas eleições gerais, sobretudo em torno das pautas do PNE, do piso e da carreira dos profissionais da educação. Brasília, 27 de janeiro de 2014. Roberto Franklin de Leão, Presidente da CNTE.

Portal da CNTE

CNTE convoca greve nacional

A CNTE convoca mobilização nacional para os dias 17, 18 e 19 de março. Trabalhadores em educação vão parar o Brasil para exigir o cumprimento da lei do piso, carreira e jornada, investimento dos royalties de petróleo na valorização da categoria, votação imediata do Plano Nacional de Educação, destinação de 10% do PIB para a educação pública e contra a proposta dos governadores e o INPC.

A mobilização foi anunciada pelo presidente da CNTE após, ao arrepio da Lei, o Ministério da Educação orientar a atualização do piso em 8,32%, com a publicação, no dia 18/12 do ano passado, por meio da Portaria Interministerial nº 16 (DOU, pág. 24), da nova estimativa de custo aluno do Fundeb para 2013, a qual serve de referência para a correção do piso salarial do magistério em 2014.

O critério utilizado pelo MEC para atualizar o piso, em 2014, compara a previsão de custo aluno anunciada em dezembro de 2012 (R\$ 1.867,15) com a de dezembro de 2013 (R\$ 2.022,51), sendo que o percentual de crescimento entre os valores foi de 8,32%, passando o piso à quantia de R\$ 1.697,37. Até então, a previsão de atualização era de 19%.

Assim como no ano passado, a CNTE questionou o percentual de correção do piso para 2014, uma vez que dados já consolidados do Fundeb, até novembro de 2013, apontavam crescimento do valor mínimo de aproximadamente 15%. E isso levou a crer que o MEC agiu na ilegalidade, a fim de contemplar reivindicações de governadores e prefeitos que dizem não ter condições de honrar o reajuste definido na Lei do Piso, mas que, em momento algum, provam a propalada incapacidade financeira.

Se, em 2013, o calote no reajuste do piso foi de cerca de 8%, este ano ele ficará em torno de 7%, totalizando 15%, fora as contradições interpretativas do acórdão do STF sobre o julgamento da ADIn 4.167, que excluiu o ano de 2009 das atualizações e fixou percentual abaixo do previsto em 2010, conforme denunciado à época pela CNTE.

Diante da nova "maquiagem" que limitará o crescimento do piso, inclusive à luz do que vislumbra a meta 17 do PNE, a CNTE antecipou sua decisão de organizar grande mobilização nacional da categoria no início do ano letivo, orientando suas entidades filiadas a ingressarem na justiça local contra os governadores e prefeitos que mantêm a aplicação dos percentuais defasados para o piso do magistério, como forma de contrapor os desmandos dos gestores públicos que têm feito caixa com os recursos destinados à valorização dos profissionais das escolas públicas.

Plano Nacional de Educação

O plenário do Senado Federal aprovou dia 17, a versão do PNE que seguirá para análise final na Câmara dos Deputados.

Em nota, a CNTE expôs sua contrariedade ao relatório final do Senado, apontando os pontos críticos que a Entidade lutará para que sejam revertidos na tramitação da Câmara dos Deputados, que deverá ocorrer no início deste ano.

Essa tramitação derradeira colocará frente a frente os substitutivos aprovados pela Câmara e o Senado, devendo prevalecer um dos dois textos. E a CNTE lutará pela manutenção das metas de alfabetização até o fim do primeiro ciclo do ensino fundamental, pela expansão das vagas públicas na educação profissional e no ensino superior, pela destinação das verbas públicas (10% do PIB) para a educação pública, assim como requererá a manutenção de artigos do projeto de lei e de estratégias do substitutivo da Câmara, a exemplo da que prevê a fixação de prazo para aprovação da Lei de Responsabilidade Educacional – a fim de que o PNE não se torne uma nova carta de intenções – e da que garante a complementação da União ao CAQ, além de outros pontos.

Diap, 30/01/14

Policiais Federais aprovam indicativo de greve

O calendário de paralisações para fevereiro foi aprovado, será gradativo e já está sendo planejado o direcionamento político de todos os atos públicos. Já estão sendo elaboradas campanhas de denúncias que apontarão o descaso e falhas gerenciais nas políticas federais relacionadas à segurança pública, e seus efeitos para o aumento da violência e criminalidade em todo o país.

Segundo José Carlos Nedel, diretor de estratégia sindical da federação, "não estão sendo planejadas simples paralisações, pois queremos verdadeiras campanhas de conscientização da sociedade. Sempre buscamos o debate com o Governo Federal, mas a situação se tornou insuportável, pois somos os únicos servidores públicos da história do Brasil com sete anos de congelamento salarial, e é evidente que a Polícia Federal está sendo sucateada como forma de castigo pelas operações que fez".

A federação nacional dos policiais federais anuncia que a agenda de paralisações será confirmada em assembleias estaduais nos próximos dias 4 e 5. Segundo os dirigentes sindicais, a entidade continua aberta para negociações com o Governo Federal, mas dezenas de reuniões nos últimos anos não abalaram a intransigência do ministro José Eduardo Cardozo.

Os agentes federais reclamam do descaso do Ministério da Justiça, que não reconhece as funções complexas hoje exercidas pelos agentes federais em inteligência, análise criminal, fiscalização, interpol e perícia de impressões digitais. Apesar do nível acadêmico exigido para o ingresso em todos os cargos policiais desde 1996, eles ainda são tratados como servidores de nível médio. Fonte: Fenapef.

Portal da CUT

Movimento sindical precisa renovar a agenda de lutas no campo e transformar conquistas em políticas de Estado

30/01/2014

Professor da UFABC apontou desafios em encontro para organização do macrossetor rural da CUT

Escrito por: Luiz Carvalho

Após promover seminários e a organização dos macrossetores da indústria, serviço público e comércio, serviços e logística, a CUT promoveu na manhã desta quinta-feira (30) um encontro de dirigentes do setor rural para discutir os desafios no campo.

Secretário-geral da CUT, Sérgio Nobre, apontou que a divisão das categorias cutistas em macrossetores surgiu diante da necessidade de repensar a atuação do movimento sindical perante as mudanças que o mercado de trabalho sofre.

"Temos que readequar a nossa organização por conta das transformações pelas quais passamos com o objetivo de construir uma estratégia nacional, mas também dialogando com as diferenças regionais", afirmou.

O sociólogo e professor da Universidade Federal do ABC Arilson Pavareto participou da atividade e assinalou que a organização dos trabalhadores no campo vive um momento de crise, encoberta pelos dois últimos governos populares que foram muito favoráveis à agricultura familiar.

"O sindicalismo rural não tem feito o que patronal faz. A CNA (Confederação Nacional da Agricultura) faz mudança constitucional, como o Código Florestal, o projeto para deixar com o Congresso Nacional a demarcação de terras indígenas. Enquanto isso, o movimento sindical luta por mudanças estruturais. As bandeiras de luta não mudaram nas últimas décadas e esse caráter de crise encoberta pode virar uma crise aguada, quando mudar o governo", alertou.

Para ele, medidas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram acertadas, multiplicaram os recursos para os produtores familiares, mas demonstram esgotamento e não institucionalizaram as mudanças, que estão suscetíveis a retrocessos.

"O que foi feito é aquilo que a gente reivindicava. Agora, esse grande ciclo de quase 20 anos, de fazer com que o Estado reconheça que há agricultura familiar, que é prioridade, começa a bater no teto. O caminho é disputar o Mercado, o que é complexo, porque o sindicalismo rural sempre foi voltado ao Estado e há um conceito entre nós de que Mercado é onde se realiza o lucro, que é capitalista. Há Mercados que se organizam sobre outras bases, como solidariedade, cooperação, na valorização da biodiversidade, de práticas mais sustentáveis de agricultura. Essa deveria ser o desafio a ser tratado pela agricultura familiar, disputar o Mercado sem esquecer da necessidade de políticas públicas", disse.

Atuação regional – O professor explicou que a agricultura brasileira ganhou muita importância para a consolidação da renda do país, porém, produzindo cada vez mais com menos gente.

Pavareto apontou ainda que há diferenças regionais em relação à forma de produção, das áreas de cerrado, como Mato Grosso do sul, Mato Grosso e Maranhão, onde não há uma rede de cidades e o crescimento não representa oportunidades para população rural, até o Sul do país, onde

o perfil é de uma agricultura familiar mais consolidada e voltada ao Mercado, com uma renda de cidades densa, que não exige a migração para regiões distantes em busca de trabalho.

Ele defende que essa pluralidade demanda uma diversificação da agenda sindical, condizente com a variedade regional do país. "Será que agenda sindicalismo rural pode se resumir à agricultura familiar? Parece que não."

Desafios para o movimento sindical –Entre os caminhos para a atuação da organização da classe trabalhadora no campo, o professor defendeu que o primeiro passo é separar o joio do trigo no enfrentamento aos patrões.

"O sindicalismo rural entrou no engodo do agronegócio, que é comparar o dono da terra com aquele empresário mais nocivo, que não está preocupado com a produção, porque se a safra não render nada, bate no banco e ganha perdão da dívida. Aquele que usa a terra para ter mão de obra barata, ser prefeito ou deputado. Usa a terra como patrimônio e elemento de dominação e não para produção. Quando a gente diz agronegócio e coloca todo mundo junto, a sociedade pensa em uma grande fazenda produtiva e moderna. Temos que fazer a distinção, mas enfrentamos resistência patronal, porque a força econômica de um entra com força política de outro, no Congresso, por exemplo", explica.

O professor destaca que é preciso diminuir as bases espúrias da agricultura patrimonialista, que tem ainda sérios problemas ambientais. Segundo ele, é preciso fazer alianças com movimentos ambientalistas para enfraquecer esse setor.

Outro papel das lideranças no campo, cita, é "ganhar" o pequeno produtor para a agricultura familiar, em enfrentamento ao processo de aliciamento que faz a CNA. "Há setores dos produtores familiares que acabam se reconhecendo como agronegócio porque querem participar da produção em larga escala, da comercialização em grandes proporções."

Desenvolvimento também no campo – Além disso, avaliou, o movimento sindical no campo deve ir além do discurso produtivista, lutar para que políticas de educação, saúde e transporte cheguem ao campo, como forma de evitar o esvaziamento das regiões rurais.

Parte desse processo, defendeu, depende da reforma no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para que tenham mais orçamento, pessoal e possam ter pautas e projetos regionalizados.

"A demanda mundial por produtos com tecnologia agregada não será maior do que por alimentos. Por isso as transnacionais compram terra e vão investir na agropecuária. O fortalecimento da importância do setor empresarial na agricultura veio para ficar e o enfrentamento só vai piorar nos próximos anos. Temas como internacionalização da agricultura brasileira, do controle de sementes, do mercado da agricultura familiar deveriam ser tão importantes quantos as políticas públicas."

Portal da CUT

Sindicalistas da CUT estudam unificação de confederações no setor industrial

30/01/2014

Metalúrgicos, químicos, trabalhadores da construção, alimentação e vestuário participaram de encontro que também discutiu políticas de comunicação

Escrito por: Viviane Claudino - Rede Brasil Atual

Trabalhadores do ramo da indústria na base da CUT estudam a viabilidade de uma integração entre as diversas confederações. Estratégias para viabilizar essa unificação foram discutidas hoje (29), em São Paulo, em encontro que também debateu políticas de comunicação para o setor. "Juntos, nossos setores representam cerca de 10 milhões de trabalhadores. Vamos trabalhar para a construção de uma única confederação da indústria na CUT, para que haja um contraponto à CNI", afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos (CNM-CUT), Paulo Cayres.

Participaram do 1º Encontro Nacional de Comunicação do Macrossetor da Indústria da CUT, além dos metalúrgicos, confederações dos trabalhadores na construção (Conticom), na alimentação (Contag), químicos (CNQ) e vestuário (CNTV). Eles avaliam também a formação de uma rede de informações para interligar essas entidades.

Rede de Comunicação

Para a secretária de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, com o surgimento das redes sociais, que se tornaram um fenômeno de grande alcance, há necessidade de repensar a comunicação em rede e o tema deve ser prioridade para as próximas ações dos trabalhadores. "Hoje vivemos várias formas de tecnologia e várias formas de linguagens para levar as nossas mensagens. Temos de trabalhar com aquilo que envolve as pessoas, precisamos pensar a dramaturgia, os vídeos virais, as redes sociais, como estratégia de articulação com a nossa base", avalia.

Segundo levantamento apresentado pela CUT, em 2012 a internet tinha 2,4 bilhões de usuários, o que representa um terço da população mundial. Destes, 1,1 bilhão fazem uso da rede

social Facebook, e 750 milhões acessam a rede por plataforma móvel. O Brasil é a terceira nação no ranking mundial de pessoas que acessam a rede social, com 76 milhões de contas ativas. A cada minuto, 72 horas de vídeo surgem no Youtube, e a cada segundo um novo blog é criado.

"Estamos acompanhando uma nova forma de fazer mobilização e ainda não nos apropriamos disso. Esse debate vem num momento oportuno", avalia o presidente da Conticom, Cláudio Gomes

O jornalista Lino Bocchini, criador do blog Falha de São Paulo e editor de mídia on-line da revista CartaCapital, afirma que a internet já não é algo elitizado e é necessário usar essas ferramentas. "Há uma geração de jovens que ficam na internet o dia todo e que tem milhares de seguidores nas redes. Esses caras, que estão formando a opinião do jovem brasileiro, são na verdade pessoas com boa retórica e carisma", disse. "Criar uma teia entre todos os setores deve estar entre as prioridades de luta dos trabalhadores, porque todos os jornais e revistas estão super bem ordenados."

Portal da CUT

CUT-PR: Trabalhadores da Votorantin entram em greve

30/01/2014

Decisão ocorreu em assembleia na noite desta quarta-feira (29); categoria se reúne na próxima terça (05) para organização de greve

Escrito por: CUT-PR

Cerca de 400 trabalhadores e trabalhadoras da Votorantim, em Rio Branco do Sul, Paraná, participaram nesta quarta-feira (29) de uma assembleia que decidiu pela greve. Mesmo a presença de chefias e representantes da empresa não intimidou os trabalhadores, que diante da proposta patronal de 0,42% optaram por cruzar os braços por tempo indeterminado.

"Nós já prevíamos que os trabalhadores não aceitariam essa proposta e decidiram pela greve, pois ela não se diferencia em quase nada da proposta anterior pela empresa", avalia o presidente do Simencal, Manoel Oliveira.

O vice-presidente da CUT-PR, Márcio Kieller, comparou os reajustes diferentes oferecidos pelo grupo. "Em Campo Largo os trabalhadores da Itambé receberam 2% de aumento real. A empresa pertence ao mesmo grupo, então por que tratar seus trabalhadores de forma diferente?", questionou.

A categoria agora deve reunir-se na próxima terça-feira (05) para uma nova assembleia de organização de greve. "Fizemos o nosso papel defendendo uma proposta melhor. Ela não aconteceu, então o sindicato e a CUT-PR entenderam que a decisão tinha que ser tomada pela Assembleia, que soberanamente, seguiu a orientação do Sindicato e da Central que acenavam com a não aprovação da proposta. Agora é organizar a greve", completou Kieller.

Portal da CTB

Petroleiros realizam ato nacional em Campinas (SP) pela recomposição do efetivo

Os petroleiros organizados na base nacional participam de um grande ato político, em Campinas, interior de São Paulo, no próximo dia 13 de fevereiro. A manifestação convocada pelos sindicatos e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) visa dar início a uma nova Campanha pela Recomposição do Efetivo, exigindo que todos os postos de trabalho liberados pelo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV, bem como pelo Mobiliza, sejam imediatamente repostos pela Companhia.

Lançado unilateralmente pela Petrobrás na segunda quinzena de janeiro, o PIDV integra o Programa de Otimização da Produtividade (POP), incentivando o afastamento de trabalhadores já aposentados pelo INSS e que permanecem trabalhando na Companhia, e os que estiverem aptos a solicitar aposentadoria até 31 de março. Segundo dados obtidos pela FUP, o Programa deverá abranger 8.379 petroleiros em todo o Brasil, dos quais 6.879 já estão aposentados. No Rio Grande do Norte, estima-se que cerca de 800 trabalhadores poderão acessar o PIDV.

Em reunião realizada em 17 de janeiro, os petroleiros criticaram duramente a Petrobrás pela forma autoritária com que o PIDV está sendo imposto. Segundo os dirigentes sindicais, o Programa deverá provocar diversas distorções e injustiças, diminuindo ainda mais o quadro de trabalhadores próprios, em um momento em que vários problemas estão surgindo em decorrência dos efetivos reduzidos. Com 15 anos sem reposição, os petroleiros do regime administrativo, que já sofrem acúmulo de funções e trabalho, deverão ser os mais impactados. Além do Ato Nacional agendado para Campinas no próximo dia 13 e das manifestações que deverão ocorrer nos Estados, FUP e sindicatos filiados estão solicitando uma reunião em regime de urgência com a Petrobrás para discutir estratificação por função e órgão de lotação dos possíveis desligamentos, quantificando e qualificando melhor a necessidade de recomposição do efetivo.

Portal CTB com Sindipetro-RN

Jornal do Brasil, 30/01/14

Desemprego fecha 2013 com menor média anual da série histórica

A taxa de desocupação oficial fechou 2013 em 4,3%. A taxa é a menor já registrada desde o início da série histórica, iniciada em março de 2002, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No ano, a taxa média foi 5,4% - a menor também já constatada na pesquisa. O resultado foi 0,1 ponto percentual abaixo dos 5,5% de 2012, e 7 pontos percentuais abaixo dos 12,4% registrados em 2003.

Em dezembro de 2013, a taxa de desocupação (que corresponde à proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) foi 4,3%. O percentual é 0,3 ponto abaixo do registrado em novembro passado e também em dezembro de 2012, ambas de 4,6%.

Já o rendimento real habitual caiu 0,7% em relação a novembro, de R\$ 1.981 para R\$ 1.966. Mesmo assim, o resultado ficou 3,2% acima do registrado em dezembro de 2012.

De acordo com o IBGE, a população desocupada caiu 6,2% de novembro para dezembro, o que significa em números absolutos que havia 70 mil pessoas a menos procurando trabalho no último mês de 2013. No ano passado, a soma dos desocupados foi de 1,3 milhão de pessoas, 20 mil a menos do que em 2012.

O número de ocupados ficou estável na comparação com novembro de 2013 e subiu 0,7% na média de 2013 comparada com a média de 2012. O número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado cresceu 2% de 2012 para 2013, com 236 mil postos a mais de trabalho, mas não cresceu de novembro para dezembro.

O rendimento médio real habitual da população ocupada cresceu 3,2% em dezembro de 2013 ante dezembro de 2012. A renda média ficou em R\$ 1.966,90 no último mês do ano passado, em queda de 0,7% na comparação com novembro, quando estava em R\$ 1.981,08.

Também consta na pesquisa divulgada hoje que os trabalhadores com carteira assinada do setor privado representam 50,3% da população ocupada nos locais pesquisados, somando 11,6 milhões de pessoas. Em 2012, eles eram 49,2%.

A Pesquisa Mensal do Emprego é divulgada pelo IBGE com base nos dados coletados nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Portal da Força Sindical

Aposentadoria por invalidez pode ter acréscimo de 25%

O segurado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) aposentado por invalidez, geralmente causada por acidente de trabalho, que necessite de assistência permanente de outra pessoa, pode receber acréscimo de 25% calculado sobre o valor de seu benefício.

Essa determinação, que vigora desde o dia 5 de abril de 1991, permite que o segurado que receba um salário-mínimo (R\$ 724) passe a ganhar R\$ 905, levando em conta adicional de R\$ 181.

De acordo com o INSS, mesmo que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo previdenciário, ou seja, o teto, que hoje é de R\$ 4.390,24, o acréscimo é devido. A diferença também será recalculada quando o benefício for reajustado.

Segundo a Previdência Social, a legislação define as situações em que o auxílio é devido. O segurado que ficou cego, perdeu nove dedos das mãos ou sofreu paralisia de dois membros superiores ou inferiores, recebe o adicional. Outras situações que dão direito são a perda dos membros inferiores, quando não for possível o uso de prótese, doenças mentais ou que exijam permanência contínua na cama, entre outras. Quando o aposentado morrer, o valor da pensão repassada ao cônjuge e dependentes menores de 21 anos não terá o repasse do adicional.

Aposentada por invalidez, Rosana Marcolino procurou o Seu Previdência (seuprevidencio@dgabc.com.br) para saber se pode receber o adicional. Ela tem sequelas de uma cirurgia cerebral, em decorrência de um aneurisma. "Atualmente estou realizando tratamento de hemodiálise devido à insuficiência renal e preciso de cuidados de terceiros".

Na avaliação do advogado previdenciário Patrick Villar, do escritório Villar Advocacia, Rosana tem grandes chances de conseguir os 25% a mais. O primeiro passo para dar entrada no benefício adicional é marcar uma perícia médica pelo canal 135 da Previdência. "É necessário levar todos os documentos, laudos médicos recentes (de até 30 dias) para comprovar que é preciso o cuidado por terceiros. Geralmente, é comum conseguir o adicional por meio do pedido administrativo do INSS.

Mas, caso seja negado, e a pessoa prove o contrário, nada a impede de entrar com processo judicial, onde também é comum o ganho da causa."

DADOS - Levantamento da Associação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Grande ABC revela que cerca de 12% dos beneficiários da região recebem aposentadoria por invalidez. "É muito comum que pessoas que adquirem doenças mentais, ocasionadas por estresse,

ou que tenham deficiência severa nos movimentos conquistem o adicional. Na região, onde há muitas indústrias, é bastante comum. Já vi pessoas com lesões sérias na coluna conseguirem. Quando o estado físico ou mental piora, é preciso buscar o adicional. Se é um direito constituído devemos ir atrás", diz o diretor Luís Rodrigues.

Portal Mundo Sindical

Reunião vai definir rumo da greve do Samu em 12 cidades do Sul do Rio

Uma reunião marcada para quinta-feira (30) vai definir o futuro da greve dos funcionários do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) do Rio de Janeiro.

Segundo Rejane Araújo, presidente do Sindicato dos Funcionários Públicos de Pirai e integrante da comissão do Samu, o encontro será no Rio de Janeiro, em local ainda não definido. Na terça-feira (28), junto com um grupo de trabalhadores, ela participou da ocupação da sede da prefeitura de Pirai.

"Nosso objetivo era esperar o prefeito, Luiz Antônio da Silva Neves [PSB], na sede do governo municipal. Mas às 21h recebemos uma ligação do secretário de Transportes, Marcelo Zacarias, propondo esta reunião. Vamos ouvir as propostas, e enquanto isso, o efetivo segue reduzido", contou Rejane. O prefeito Luiz Antônio da Silva Neves é o atual presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paraíba (Cismepa).

Ainda de acordo com a presidente do sindicato, o movimento engloba 70% dos 230 funcionários que prestam serviços em 12 cidades da região: Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, Barra do Pirai, Pinheiral, Itatiaia, Pirai, Quatis, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Porto Real.

Entre as reclamações dos trabalhadores estão o atraso do pagamento dos salários e a falta de depósito de benefícios, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Eles também pedem o fim da precarização das condições de trabalho. Serviço normalizado, diz Consórcio

A direção do Cismepa informou que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência no Sul do estado está normalizado. Segundo o consórcio, a greve dos funcionários do Samu, que teria começado ontem, não teve adesão.

Fonte: CTB - 30/01/2014

Portal Mundo Sindical

Após acordo, terceirizados da refinaria em Cubatão encerram greve

Os funcionários terceirizados do setor de manutenção industrial da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (RPBC) voltaram a trabalhar nesta quarta-feira, após entrarem de greve na última segunda. A categoria reclamava de não ter café da manhã, da falta de uma sala de descanso climatizada e de ônibus sem refrigeração.

Algumas das reivindicações dos cerca de 800 trabalhadores foram atendidas, após o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (Sintracomos), Marcos Braz de Oliveira, se reunir com os representantes de oito empresas nesta manhã, em frente ao Portão 1 da RPBC.

Na reunião, ficou acordado entre as partes que, por enquanto, não haverá mais a sala destinada ao café da manhã, já que os trabalhadores estavam divididos entre continuar recebendo o benefício diário de R\$ 5 e a implantação da sala.

Também ficou acordado que, a partir da próxima segunda-feira, um ambiente climatizado com ar-condicionado será liberada aos funcionários, como área de descanso.

Com relação ao ônibus com refrigeração, outra das exigências, as empresas vão realizar um estudo para chegar a um acordo. Como não era um pedido efetivo dos trabalhadores, e sim uma reivindicação do sindicato, eles ainda assim resolveram interromper a greve.

Fonte: A Tribuna - 30/01/2014

Portal da UGT

Negros ganham, em média, pouco mais da metade dos brancos, mostra IBGE

30/01/2014

A pesquisa de emprego do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgada nesta quinta-feira (30) apontou que os trabalhadores negros ganharam menos que os brancos, e mulheres ganharam menos que homens no Brasil em 2013.

Pessoas de cor preta ou parda (de acordo com os critérios oficiais de classificação do IBGE) ganhavam, em média, pouco mais da metade (57,4%) do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca no ano passado.

Em valores, isso dá uma média salarial de R\$ 1.374,79 para os trabalhadores negros, enquanto a média dos trabalhadores de cor branca foi de R\$ 2.396,74.

Nos últimos dez anos, essa desigualdade diminuiu: desde 2003, o salário dos negros subiu, em média, 51,4%, enquanto o dos brancos aumentou uma média de 27,8%.

Mulheres ganham, em média, 73,6% do salário do homem

Em relação ao gênero, as mulheres ganham, em média, o equivalente a 73,6% do rendimento médio recebido por homens. Em valores, a média do salário das mulheres é de R\$ 1.614,95, enquanto a dos homens chega a R\$ 2.195,30.

Belo Horizonte é a cidade em que a desigualdade é mais expressiva. Lá, as mulheres recebem, em média, apenas 68,1% do salário dos homens. O Rio de Janeiro tem os melhores índices: as mulheres recebem 75,7% do salário médio dos homens.

Fonte: Uol

Portal da CUT

Trabalho escravo: Sete carvoarias fiscalizadas assinam acordo com Ministério Público do Trabalho

30/01/2014

Três propriedades utilizavam mão de obra escrava e se comprometeram a pagar verbas rescisórias e indenizações individuais

Escrito por: MPT Campinas

Sete carvoarias assinaram termo de ajustamento de conduta (TAC) junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) devido às condições precárias constatadas em fiscalização realizada na semana passada.

Das sete propriedades, três delas que utilizavam mão-de-obra escrava assumiram o compromisso de pagar verbas rescisórias e indenizações individuais aos resgatados até esta segunda-feira (27). As outras quatro se comprometeram a adotar medidas para garantir um meio ambiente do trabalho seguro, mantendo empregados registrados em carteira de trabalho, e a não contratar mão de obra infantil, dentre outras providências.

As empresas Luiz G A Pinheiro ME, Carvoaria Bom Sucesso Ltda. ME e Abrão Aparecido de Oliveira, flagradas utilizando mão de obra escrava, deverão pagar os saldos de salários e verbas rescisórias devidas a todos os empregados encontrados nas carvoarias, incluindo o pagamento de indenização por danos morais. Elas estão localizadas no município de Piracaia.

Em relação às outras propriedades em situação irregular, os TACs obrigam os donos a manter alojamentos em condições dignas, fornecer água potável e áreas de vivências nas frentes de trabalho, como banheiro e local para refeição. No acordo, também está previsto a implementação de programas de segurança e medicina do trabalho e o fornecimento gratuito de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Outras empresas ainda não se reuniram com o MPT, dentre elas, uma quarta carvoaria flagrada mantendo trabalhadores em condições análogas às de escravo, também em Piracaia, na última quarta-feira (22). Os procuradores devem propor a assinatura de TAC até a próxima semana.

Histórico

Uma operação conjunta do MPT, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e Polícia Rodoviária Federal (PRF) flagrou 34 trabalhadores em condições análogas às de escravos entre os dias 21 e 22 de janeiro em quatro carvoarias na cidade de Piracaia (SP), na região de Bragança Paulista.

Nos dois dias, foram vistoriadas 12 fazendas, sendo que houve interdições em todas elas. Sete menores de 18 anos foram encontrados trabalhando, o que é proibido por lei em decorrência da natureza insalubre da atividade. Eles foram imediatamente retirados do trabalho.

No dia 21, foram encontrados 19 trabalhadores em situação análoga à de escravos em três carvoarias de Piracaia, especialmente pela falta de condições dignas de moradia e trabalho. Todas elas assinaram TAC.

Os trabalhadores não recebiam alimentação ou água potável e tinham que trabalhar em um ambiente totalmente inseguro. Dois menores estão entre os resgatados pelo MTE, um de 11 anos e outro de 16 anos. Outros quatro adolescentes foram flagrados trabalhando em carvoarias na cidade de Joanópolis e também foram imediatamente retirados do trabalho.

No dia 22, outros 15 trabalhadores foram resgatados em duas fazendas, de propriedade de uma única empresa de Bragança Paulista. Eles não tinham registro em carteira de trabalho, sendo que alguns empregados já estavam nessa situação há mais de dez anos. Um deles tinha documentos retidos pelo empregador.

Além disso, o salário dos trabalhadores era pago a cada três meses, o que os obrigou a comprar "fiado" as mercadorias de um supermercado de Piracaia, contraindo, assim, altas dívidas. No meio ambiente de trabalho, não havia banheiros, locais para refeição e todos tomavam água de uma mina, já que não havia o fornecimento de água potável pelo empregador.

Participaram da operação os procuradores Carolina Marzola Hirata Zedes, Catarina von Zuben, Leda Regina Fontanezi Sousa e Nei Messias Vieira.

Diap, 31/01/14

Dez anos da Chacina de Unaí: Ato Público pede julgamento em Belo Horizonte

Cerca de 200 pessoas participaram nesta quarta-feira (29/1), do Ato Público organizado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), entidade filiada ao Diap em frente ao Supremo Tribunal Federal – STF, em Brasília, na Praça dos Três Poderes, para lembrar os dez anos da Chacina de Unaí e pedir que o julgamento dos cinco réus que ainda não foram julgados seja realizado em Belo Horizonte (MG).

O local foi escolhido porque a Corte analisa um pedido de Habeas corpus impetrado pelos réus pedindo que o julgamento seja transferido para a Vara Federal de Unaí, onde têm grande influência política e econômica. O pedido vai contra uma decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, de manter o júri em Belo Horizonte.

Durante o Ato Público foram soltos dez mil balões pretos, que simbolizaram, ainda e infelizmente, o luto, a impunidade dos assassinos, depois de uma década. Os presentes gritavam "Justiça! Julgamento Já!".

Rosa Jorge, presidente do Sinait, iniciou o Ato Público dizendo que lamentavelmente estavam todos reunidos novamente, depois de dez anos, para pedir, ainda o julgamento dos acusados pela Chacina de Unaí. Para ela, é preciso que o julgamento aconteça rapidamente, pois a categoria, as famílias e a sociedade já esperaram demais.

"Queremos que os ministros do Supremo julguem corretamente, garantindo o julgamento dos mandantes em Belo Horizonte, demonstrando que o Estado de Direito persiste, apesar de todas as tentativas de negá-lo", disse.

Rosana chamou a atenção para o fato de que os acusados de serem mandantes tentam levar o julgamento para Unaí com o intuito de se beneficiar disso, pois têm muita influência na região. Em Belo Horizonte, ao contrário, o julgamento seria isento. O recurso apresentado ao Supremo, por essa razão, é meramente protelatório.

Lei para todos

O ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, esteve no Ato, cumprimentou as esposas dos Auditores-Fiscais do Trabalho assassinados e lembrou que hoje é também o Dia do Auditor-Fiscal do Trabalho, a quem cabe fazer cumprir a lei. Ressaltou que a categoria tem uma atuação reconhecida no mundo inteiro, tendo sido destaque na última Conferência da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Reconheceu que hoje são poucos Auditores-Fiscais do Trabalho em atividade e que o pequeno número representa dificuldade de avançar ainda mais na fiscalização da qualidade do ambiente de trabalho e da saúde dos trabalhadores. Ainda assim, o país é referência no combate ao trabalho escravo e infantil. Se hoje o trabalho escravo tem mais visibilidade, deve-se ao fato de que aumentou a ação do Ministério do Trabalho e Emprego e a presença dos Auditores-Fiscais do Trabalho no combate a essa prática.

Manoel Dias disse que participava do Ato Público com os Auditores-Fiscais do Trabalho e as famílias dos que morreram em Minas Gerais "para pedir que agilizem os processos que faltam ser julgados. O queremos é agilidade nesse julgamento, a fim de que se conclua esse ciclo com a punição dos responsáveis pela morte dos três Auditores-Fiscais e do motorista".

Frisou que é preciso que o julgamento dos responsáveis pela Chacina de Unaí aconteça e que a lei existe para todos. "Os culpados devem ser punidos exemplarmente, para mostrar que no Brasil as leis são respeitadas e que a Justiça é feita", concluiu.

Manifesto

O Manifesto do Sinait foi lido pelo ator Leonardo Vieira, do Movimento Humanos Direitos – MhuD, integrado por artistas e intelectuais que militam em defesa dos Direitos Humanos. O texto lembra o crime e o julgamento e condenação dos executores em 2013. Porém, os mandantes ainda não foram julgados e agora tentam levar o julgamento para Unaí. Estão impunes, e esta impunidade contribui para que situações de descumprimento da lei continuem acontecendo, incluindo o trabalho escravo. O Sinait, por isso, pede Justiça Já!

Leonardo Vieira leu, ainda, uma nota da CNBB, alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo. A escravidão moderna é uma das finalidades do crime de tráfico de pessoas, que é o tema da Campanha da Fraternidade de 2014.

A CNBB afirma que o trabalho escravo envergonha o país e avilta a dignidade humana, assim como o tráfico humano, e acontecem porque os contraventores têm certeza da impunidade. Denunciar esses crimes é dever de toda a sociedade.

Apelo das famílias

Com muita emoção, Marinês, viúva do Auditor-Fiscal Eratóstenes, lembrou que há dez anos recebeu a triste notícia de que seu esposo havia sido assassinado. Foi um choque. E fez uma retrospectiva de sua vida nesta década.

Segundo ela, no primeiro ano, no primeiro ato público em que se encontrou com os colegas de seu marido, nunca imaginou que depois de dez anos ainda estariam reunidos com o mesmo objetivo de reivindicar o julgamento. "Temos que trabalhar dentro de nós a paciência."

Hoje, diante do Supremo, pedimos aos dois ministros que ainda faltam votar, para que o julgamento continue e nos ajudem a por fim nessa triste história que é a Chacina de Unaí. Nós, as famílias, começamos a ter a esperança de que a nossa lágrima da impunidade seja enxugada. Só vamos descansar quando este julgamento se realizar".

Helba Soares, viúva de Nelson, que ainda mora em Unaí, disse que se o julgamento for realizado em Unaí a luta de dez anos terá sido em vão. "Lá é a casa da família Mânica, as pessoas de Unaí os temem. Pedimos aos ministros do Supremo que julguem com Justiça e isso significa realizar o julgamento em Belo Horizonte, onde haverá julgamento imparcial".

Medalha cassada

Para o deputado Durval Ângelo, de Minas Gerais, o Supremo Tribunal Federal está julgando em cima do que já foi julgado. "Isso é um verdadeiro absurdo. A gente espera que o ministro Toffoli, próximo a votar, não jogue sua própria história na sarjeta, e que vote por Justiça, vote para manter o júri em Belo Horizonte", disse, com ênfase.

Lembrou que o réu Antério Mânica, que já foi prefeito de Unaí por duas vezes, agora tentará uma vaga como deputado estadual, buscando, mais uma vez, o biombo da impunidade para que não seja julgado.

Comunicou, ainda, que a Assembleia Legislativa de Minas, por iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, que ele preside, cassou a Medalha da Inconfidência concedida a Mânica em 2008. "Criminoso e bandido não pode ser agraciado. Hoje ele não está mais no rol dos homenageados. Isso é fruto da organização de vocês". Convidou a todos para comparecerem a uma audiência pública da Comissão, que será realizada em fevereiro, em Belo Horizonte, ainda sem data marcada. "Infelizmente, ainda será uma audiência para chorar a perda e a impunidade. Que seja a última".

O deputado informou aos presentes que o Movimento Cultural Missionário, ao qual presta assessoria, decidiu enviar uma carta ao ministro Antônio Dias Toffoli, pedindo que vote pela Justiça e mantenha o júri em Belo Horizonte.

Solidariedade

A procuradora do Trabalho Daniela Varanda apresentou sua solidariedade e da ANPT às famílias das vítimas pelo crime tão brutal e também aos Auditores-Fiscais do Trabalho, que diariamente colocam suas vidas em risco no cumprimento de sua missão. Manifestou também a indignação pela ausência de julgamento num crime contra o Estado brasileiro.

"É importante que essa indignação se transforme sempre em ação, que estejamos sempre vigilantes. Uma sociedade democrática não pode conviver com impunidade, com a ausência de dignidade humana", disse a procuradora.

Imprensa

A cobertura do Ato Público de veículos de todo o país foi maciça. Jornalistas de canais de TV e web TV, rádios, jornais e sites acompanharam a manifestação e conversaram com Auditores-Fiscais do Trabalho e com as viúvas dos Auditores-Fiscais assassinados.

A presidente do Sinait disse aos jornalistas que o crime foi praticado contra o Estado de Direito, por pessoas que acham acima da lei e que os mandantes fazem de tudo para adiar o momento do julgamento porque sabem que as provas contra eles são contundentes.

"Eles querem que a sociedade esqueça o que eles fizeram, mas nós não vamos permitir". Ela disse que em dez anos pouca coisa mudou para a categoria e os Auditores-Fiscais continuam trabalhando de forma insegura. "Prova disso é que recentemente um Auditor-Fiscal foi espancado por empregadores e outro foi ameaçado de morte por uma grande empreiteira. O ambiente de impunidade contribui para isso".

Os dez mil balões pretos que foram soltos no local significam o luto, a tristeza e a indignação da categoria. "Dez anos sem julgamento significam que as autoridades brasileiras não estão dando a devida atenção que esse caso merece. Como dizia Rui Barbosa: 'Justiça lenta é injustiça'", disse Rosa Jorge.

Para lembrar

A Chacina de Unaí é como ficou conhecido o assassinato de três Auditores-Fiscais do Trabalho – Eratóstenes de Almeida Gonsalves, João Batista Soares Lage e Nelson José da Silva – e do motorista do Ministério do Trabalho e Emprego Ailton Pereira de Oliveira, no dia 28 de janeiro de 2004, numa estrada da zona rural de Unaí.

Seis meses depois do crime, a trama foi desvendada por uma investigação muito bem conduzida e foram indiciados nove acusados. Em dezembro de 2004 eles foram pronunciados pela Justiça Federal de Minas Gerais para irem a júri popular.

Desde então, uma infinidade de recursos impediu que o julgamento de todos os réus fosse realizado. Em janeiro de 2013 um dos réus morreu. Em agosto, três foram julgados e condenados pela participação direta nos assassinatos. Agora faltam ainda cinco réus que, mais uma vez, tentam manobras e recursos para adiar o julgamento e levar o júri para Unaí.

Participantes

Estiveram presentes, além de dezenas de Auditores-Fiscais do Trabalho de todo o país, diretores e Delegados Sindicais do Sinait, o ministro do Trabalho e Emprego Manoel Dias, o deputado estadual Durval Ângelo (PT/MG) – presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa da MG, Gabriel Rocha – representante da Secretaria de Direitos Humanos, o ator Leonardo Vieira e o padre Ricardo Rezende Figueira – representantes do Movimento Humanos Direitos, padre Ari Antônio – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, a procuradora Daniela Varanda – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, frei Xavier Plassat – Comissão Pastoral da Terra, José Guerra – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae, Leonardo Sakamoto – ONG Repórter Brasil, o secretário de Inspeção do Trabalho Paulo Sérgio de Almeida, entre outros.

Também participaram as viúvas dos Auditores-Fiscais assassinados em Unaí: Genir Lage – viúva de João Batista Soares Lage, Helba Soares – viúva de Nelson José da Silva e Marinês Lina de Laia – viúva de Eratóstenes de Almeida Gonsalves. Fonte: SINAIT

Portal da CUT

Supremo retoma votação sobre fim de financiamento privado de campanhas eleitorais

30/01/2014

Suspenso no final do ano passado, julgamento teve até agora quatro votos a favor e nenhum contrário

Escrito por: Rede Brasil Atual

Além da possibilidade de iniciar o julgamento do mensalão tucano (às vésperas da prescrição), o Supremo Tribunal Federal (STF) inicia os trabalhos de 2014 na próxima segunda-feira (3) com uma pauta repleta de temas polêmicos ou tidos como de extrema importância para o país. Um dos mais esperados é a Ação de Inconstitucionalidade (ADI) que vai analisar se é legal ou não o financiamento privado de campanhas eleitorais.

O tema está diretamente ligado aos casos que levaram aos mensalões – tanto do PT como do PSDB – uma vez que os dois esquemas tiveram como origem o recolhimento irregular de recursos para arcar com gastos de campanhas eleitorais.

Está sendo aguardado para apreciação já na primeira sessão do ano, o voto do ministro Teori Zavascki, que solicitou vistas do processo no apagar das luzes de 2013.

A ação, ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), argumenta ser inconstitucional a doação feita por empresas privadas para campanhas políticas. O relator é o ministro Luiz Fux, que deu parecer favorável à ação. Votaram com o relator o presidente do tribunal, ministro Joaquim Barbosa, e os ministros José Antonio Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso. Faltam os votos de mais sete ministros.

A ADI foi ajuizada no Supremo pela OAB em 2011, com o argumento de que a Constituição estabelece o exercício do poder democrático por meio de escolha popular. E o financiamento feito por empresas privadas aos candidatos, de certa forma, termina afunilando esse processo e fazendo com que tais empresas sejam quem escolhe, de fato, a maioria dos parlamentares que desejam ver assumindo cadeiras no Congresso Nacional em defesa dos seus interesses.

'Empresa não é povo'

"Empresa não é povo e financiamento eleitoral não pode ser investimento econômico", afirmou, ao falar sobre a ação, o ex-presidente da entidade, Cezar Britto, hoje coordenador, dentro da Ordem, da campanha pela coleta de assinaturas para projeto de reforma política por iniciativa popular.

"Há uma troca de papéis terrível e o domínio do poder econômico nas eleições de uma forma que consideramos inconstitucional", enfatizou ele.

Na prática, o pedido consiste na alteração parcial de duas legislações: a eleitoral (lei 9.504/97) e a lei dos partidos políticos (Lei 9.096/95).

Para o presidente nacional da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coelho, o financiamento privado de campanhas gera distorções diversas. Dentre estas, tanto a desigualdade política, na medida em que aumenta a influência dos mais ricos sobre o resultado dos pleitos eleitorais e,

consequentemente, sobre a atuação do próprio Estado, como também pelo fato de impedir a vitória de candidatos que não possuem patrimônio para suportar os gastos de campanha.

Outras pautas

Também é tido como certo o julgamento final dos recursos referentes a embargos infringentes apresentados pelos réus da AP-470 – previstos para serem julgados nos próximos dois meses.

Outro tema em pauta é a decisão sobre legalidade ou não da proibição de publicação de biografias não autorizadas.

Ação da Associação Nacional dos Editores de Livros (Anel) questiona a constitucionalidade dos artigos 20 e 21 do Código Civil, que na prática submetem a liberação das obras à autorização do biografado.

O argumento apresentado pela Anel é de que a autorização para publicação de livros consiste em norma que contraria a liberdade de expressão. O processo tem como relatora a ministra Carmen Lúcia.

Um julgamento bastante aguardado, também, diz respeito aos bancos. O tribunal deverá decidir se instituições financeiras devem ou não indenizar os poupadores que tiveram perdas no rendimento de cadernetas de poupança por causa de planos econômicos Cruzado (1986), Bresser (1998), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991).

O caso estava sendo discutido em vários tribunais, e por último, no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mas decisões ficaram suspensas até posição oficial do colegiado do STF.

Jornal do Brasil, 30/01/14

PIB dos Estados Unidos cresceu 1,9% em 2013

Alta ficou abaixo da registrada em 2012, de 2,8%

Dados do Departamento de Comércio dos Estados Unidos mostram que o PIB do país cresceu 1,9% em 2013, abaixo dos 2,8% registrados em 2012. No entanto, o índice foi superior ao previsto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), de 1,6%.

Foi o quarto ano seguido de alta do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA, após dois anos de recessão, em 2008 e 2009.

No quarto trimestre de 2013, o PIB americano teve alta anualizada de 3,2%, abaixo do crescimento de 4,1% dos três meses anteriores. O resultado deveu-se aos gastos das famílias e ao aumento das exportações. Por outro lado, houve contribuições negativas dos gastos do governo.

Em valores correntes, o PIB dos Estados Unidos cresceu US\$ 189,6 bilhões de outubro a dezembro do ano passado, passando para US\$ 17,102 trilhões.

O anúncio do PIB de 2013 veio um dia depois de o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) ter anunciado um corte de US\$ 10 bilhões nos estímulos à economia.

Portal Gestão Sindical

Economia espanhola cresceu 0,3% no 4º trimestre e caiu 1,2% em 2013

30/01/2014 por Estado de Minas

A economia espanhola cresceu 0,3% no quarto trimestre de 2013, o que confirma a saída da recessão, mas registrou contração de 1,2% no conjunto do ano, segundo dados oficiais provisórios divulgados nesta quinta-feira.

Os números confirmam uma leve aceleração da recuperação no último trimestre de 2013, muito frágil no entanto para permitir a criação de empregos em um país com taxa de desemprego próxima de 26%.

Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas (INE), o resultado é explicado por "um aporte menos negativo da demanda nacional e um aporte positivo, apesar de decrescente, da demanda externa".

Com o crescimento de 0,3% no último trimestre, a economia espanhola sofreu uma contração de 1,2% no conjunto de 2013, mas saiu da segunda recessão em cinco anos, timidamente iniciada no terceiro trimestre com um Produto Interno Bruto (PIB) em alta de 0,1%.

O governo conservador, que há dois anos aplica um plano de austeridade sem precedentes para ajustar as contas públicas, espera continuar com as medidas e prevê agora um crescimento próximo de 1% para 2014. A previsão anterior era de 0,7%.

A frágil demanda interna continua sendo o principal obstáculo para uma recuperação mais vigorosa, quando a quarta economia da Eurozona segue afetada por uma taxa de desemprego recorde, de 26,03% ao fim de 2013 e que deve prosseguir como o principal problema da economia espanhola por muito tempo.

Organizado por Ernesto Germano